

## **Aparecimento da infância negra: trilhando entre séculos de inacabável reconstrução social**

---

*Jenny Lorena B. Moreno<sup>I</sup>  
Maria Renata Alonso Mota<sup>II</sup>*

**Resumo:** Este artigo tem como foco a infância negra, apresentando algumas reflexões com relação à visibilidade da infância ao longo da história com o intuito de apresentar alguns apontamentos sócio-históricos e culturais que foram, aos poucos dando visibilidade e reconhecimento à infância, em especial a negra, nas práticas de atendimento e educação no Brasil. Com estas aproximações considera-se a importância de olhar para mudanças históricas na população brasileira que foram condições de possibilidade para a ressignificação da concepção da escola, da infância e das políticas públicas no que diz respeito aos processos educativos relacionados às crianças negras.

**Palavras-chave:** Criança negra, práticas de atendimento, educação, história, infância.

### **Appearance of the black childhood: Tracing through centuries of endless social reconstruction**

**Abstract:** This article presents some views about the notoriety of the black childhood throughout the history. To this end, it is shown some socio-historical and cultural notes in the care practices and education in Brazil, in which were gradually giving visibility and recognition to the childhood, especially the black one. These findings denote the importance of looking at historical changes in the Brazilian population that brought optimal conditions for the reinterpretation of the concept of childhood, school and public policies regarding the educational processes related to black children.

**Keywords:** Black children, care practices, education, history, childhood.

Artigo recebido em 16/03/2017 e aprovado em 01/04/2017.

### **Introdução**

Ao olharmos para a história e para as mudanças, rupturas e deslocamentos que foram ocorrendo na sociedade ocidental, é possível termos uma maior compreensão acerca das mudanças que ocorreram ao longo dos tempos e sua relação com o atendimento à infância negra no contexto contemporâneo. Essas mudanças foram condições de possibilidade para novas reconfigurações do pensamento social com relação às infâncias negras e, ao mesmo tempo vão se tornando importantes para a produção de discursos acerca deste grupo geracional ao longo da história. Esse processo

# APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

de produção de discursos, por vezes acaba contribuindo para a naturalização daquilo que compreendemos ser a infância, e no caso deste estudo, a infância negra.

Porém, ao compreendermos que os discursos sobre a população infantil, e no caso deste estudo, sobre a criança negra foram sendo configurados como algo natural, é importante compreendermos que o trabalho do pesquisador converte-se em um elemento fundamental de forma a problematizar e possibilitar encontrar novos rumos para compreender o contexto-situação-sociedade e contemporânea em que estamos inseridos. Nesse sentido, é importante revisitarmos aspectos da história da infância, não só nos usos dos acontecimentos como fonte de pesquisa, como também na possibilidade de compreender de que modo os discursos que consideramos naturais em nosso cotidiano foram se constituindo até chegar o que são na atualidade.

Assim, olhar para a história, neste estudo, não implica buscar uma linearidade ou evolução dos fatos, uma vez que não pretendemos buscar a essência nem a origem ou “o que é mesmo” a infância, porque não há como desvelar o seu significado profundo ou que esteja escondido. A pesquisa que busca a origem dos fatos:

se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo. Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tornar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira<sup>III</sup>.

O que pretendemos é buscar compreender como chegamos a determinadas compreensões acerca da infância e mais especificamente da criança negra e, para isso, buscamos alguns acontecimentos. Nesse sentido, recorreremos ao passado para compreender o que nos inquieta no momento presente.

Para tal, o artigo está dividido nas seguintes seções: a primeira destaca a relação entre os processos históricos pelos quais a construção da noção da infância e os respectivos direcionamentos para seu atendimento foi sendo produzida, focando finalmente aqui, no Brasil. A segunda seção aborda o aparecimento específico da população negra com relação às práticas sociais durante o século XIX. Nas duas últimas seções destacamos elementos históricos e sociais que possibilitaram a percepção de aspectos relacionados à educação das crianças negras, e ainda, aspectos relacionados ao processo de incorporação das crianças negras nas práticas escolares a partir de alguns movimentos sociais durante a primeira metade do século XX.

## **Alguns apontamentos sobre a história da infância**

A concepção sobre Infância desde o final do século XVIII e início do XIX esteve caracterizada pela produção de múltiplos discursos em torno dela. Sendo assim, é preciso analisar as mudanças das ações e práticas de cuidado e educação ao longo da história, dando importância aos registros que alguns autores, por meio de suas investigações, trazem para contribuir com a produção de uma definição dos termos infância e criança. Assim, é necessário dar um passo atrás e compreender algumas concepções de infância e criança em séculos anteriores que fizeram emergir as reconfigurações no atendimento na Contemporaneidade.

## APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

O conceito de infância durante a história foi constituído como uma categoria social, familiar e de forma temporal. Assim, o termo infância pode ser compreendido como “[...] a concepção ou representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela *criança*, o sujeito real que vive essa fase da vida”<sup>IV</sup>. Tais transformações determinaram modificações nas práticas de assistência à população infantil as quais foram motivando reorganizações institucionais para o seu atendimento.

Relacionado a isso, Philippe Ariès menciona algumas caracterizações sobre as crianças, nos séculos XIII e XIV na Europa<sup>V</sup>. O autor destaca que na Idade Média não havia um sentimento ou consciência de infância, e as crianças eram percebidas como adultos em miniatura. Tão logo passasse o período inicial da vida, ela compartilhava do mesmo mundo que os adultos, misturando-se aos seus modos de vida. Isso quer dizer que, assim que a criança passasse a conviver com os adultos, a aprendizagem, as brincadeiras e o trabalho também eram compartilhados com estes. Cabe ressaltar, no entanto, conforme aponta este autor, que tal atitude não significava falta de amor às crianças, mas ausência de percepção acerca das particularidades relativas à infância. A partir desta compreensão, podemos afirmar que

O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existe<sup>VI</sup>.

No entanto, os estudos apontam o surgimento de um sentimento diferente, logo depois, na Modernidade, quando se deu mais importância às características do infante, aos cuidados e sua relação com a sociedade. A partir do século XVII a infância começa a ser percebida em suas especificidades, passando a ocupar o centro das atenções da família, ao menos nas camadas superiores da sociedade europeia. A criança passa a ser fonte de distração e relaxamento para o adulto, sendo paparicada por aqueles que com ela convivem. Ao mesmo tempo, a infância também passa a ser foco de interesse no âmbito externo à família. Essa atenção, exterior ao âmbito familiar, tem sua expressão representada principalmente por eclesiásticos e moralistas no século XVII, que, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes, também voltavam suas atenções à infância<sup>VII</sup>. É assim que, do século XVI ao século XIX, se configura a subjetividade moderna para a infância.

Cabe ressaltar, no entanto, que o processo de reconhecimento das particularidades e especificidades da infância em relação aos adultos, que a visibilidade que a infância vai tendo aos poucos a partir da Modernidade, não ocorreu de forma linear e da mesma forma em todos os contextos e para todas as crianças. No caso brasileiro, por exemplo, algumas pesquisas retratam diferenças nas formas de perceber as infâncias vividas por crianças de diferentes contextos e classes sociais. No início do século XVIII, para fazer referência aos meninos e meninas brasileiros, existia o termo “Bastardo” que era aplicado à criança filha de escravos<sup>VIII</sup>. Podemos dizer que “[...] A denominação de ‘bastardos’, com todas as conotações do termo, pesa sobre elas como um decreto de exclusão”<sup>IX</sup>. Nesse contexto, a autora também se refere à história do conceito de criança durante o século XVIII e XIX e aos processos de classificação e disciplinamento nesse período.

## APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

Um dos elementos trazidos nesse processo de classificação das crianças desde os traços da sociabilidade do século XVIII é uma nova reconfiguração dos saberes sobre as crianças e a infância, e como discipliná-las para não deixá-las fora do controle político. Assim, esse século se converte em um movimento, onde as práticas de controle sobre o corpo foram estabelecidas desde uma censura pública para posicionar métodos de comportamento que são definidos e feitos pela família como primeiro núcleo de educação da realidade e configuração da identidade das crianças.

Logo no início da Modernidade, foi precisamente essa ideia de distinguir o homem natural do homem social que motivou desenvolver políticas educacionais que agrupava a infância dentro de uma função específica na sociedade para o futuro. Destacam-se, neste contexto, os entendimentos da educação que estavam determinados por um pensamento civilizatório, o qual primou enquadrar o homem fora das naturalidades que o compõem desde seu nascimento.

Quanto a isso, podemos dizer que “as crianças são inseridas num regime discursivo que reconhece a necessidade de iniciar de modo precoce e bem orientado sua criação e instrução”<sup>X</sup>. Assim, compreendia-se nessa época que a criança era carente da razão e, desse modo, justificava-se a urgência de moldá-la dentro das práticas, cuja finalidade era produzir um sujeito que alcançasse as expectativas sociais de viver em comunidade, estabelecendo relações sociais efetivas dentro do padrão requerido.

Consequentemente, os trabalhos de historicidade da infância no Brasil mostram como as diferentes instituições fazem múltiplas referências às questões que surgem nas compreensões sobre a infância. Assim, após a década de 1870 estabeleceram-se novas estratégias para atenção à infância com avanços tecnológicos e científicos para as escolas, jardins de infância e hospitais. Começam a ser publicados textos ou livros que abordam alguns conhecimentos sobre higiene, saúde e elementos cotidianos que serviam para fazer com que as famílias tivessem um papel educativo em suas casas.

As novas instituições [...] representavam a sustentação dos saberes jurídico, médico e religioso no controle e elaboração da política assistencial que estava sendo gestada, e que tinha na questão da infância o seu principal pilar. Cada saber apresentava suas justificativas para a implantação de creches, asilos ou jardins de infância<sup>XI</sup>.

E, nesse sentimento de acolhida aos infantes, começaram a surgir novas estratégias de governo, às quais “[...] podemos situar também o nascimento do conceito de *população*, que permite pensar os diferentes grupos que a compõem – a infância como um deles- como objetos que podem ser pensados, compreendidos, para que se possa agir sobre eles”<sup>XII</sup>. Um dos referenciais que trata desses processos modernos no Brasil, com relação às instituições para o atendimento da infância, encontra-se no artigo intitulado *Práticas de assistência à infância no Brasil: uma abordagem histórica*<sup>XIII</sup>. Neste artigo, as autoras apontam algumas características e instituições de atendimento na época moderna no Brasil, mostrando como desde o século XVII vem sendo motivado o atendimento às crianças abandonadas em instituições específicas.

As autoras fazem uma compreensão do sentimento da infância na Modernidade como uma necessidade de educá-las e governá-las em função das novas formas de configuração do Estado, sendo essas indispensáveis para governar os corpos desde uma idade primária.

## APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

É nesse contexto que a escola - instituição que separa a criança do mundo adulto -, começa a ganhar expressão, a ponto de se tornar a instituição própria para a educação das crianças e dos jovens. Assim, na Modernidade, as crianças ganham um espaço específico não só dentro da família, mas também fora dela. Podemos dizer, então, que a invenção do sentimento moderno da infância provoca a invenção de uma pedagogia: a pedagogia moderna<sup>XIV</sup>.

Desta forma, a Modernidade também é destacada pela preocupação com a infância que, aos poucos, torna-se relevante para as formulações de teorias e análises dos tempos e espaços específicos para a formação das crianças na criação de novos conhecimentos sobre ela. É sobre isso que discorreremos na próxima seção. Apresentaremos alguns apontamentos sobre o atendimento educativo à população infantil, especialmente para as crianças negras, no Brasil.

### **Categoria social da criança negra**

Durante o século XVIII, a preocupação inicial no Brasil tinha relação com os fatores econômicos e políticos; tratava-se de questões da infraestrutura que atingiam a um grupo geral da população, mas que não tinham relação direta com preocupações particulares com as crianças e, menos ainda, com as escravas e pobres. Podemos dizer que, se inicialmente presenciemos um esquecimento da infância, e ainda mais, das crianças negras e pobres nos processos sociais, no século XVIII surge um questionamento com relação ao papel da criança negra escrava nos relatos sociais da história brasileira.

Cabe destacar que durante a época colonialista o escravo não era levado em conta como elemento representativo da sociedade brasileira, sendo a criança negra de menor visibilidade. Assim, “essa maneira de encarar a vida na infância e mesmo a morte, torna a criança figura pouco mencionada na correspondência entre metrópole e colônia, e é fácil compreender que a criança negra é ainda mais esquecida”<sup>XV</sup>. Segundo a autora, a criança era mencionada apenas de forma marginal, como coadjuvante de uma ação. Dificilmente encontraremos registros dessa época que coloquem a criança como foco do relato.

Nas escritas achadas, mostrava-se a relação íntima entre a mãe e o/a filho/a; esse/a último/a acompanhando-a nos trabalhos, vendas, caminhos. Ainda que essa descrição apresente uma ideia penosa de trabalho desde uma idade muito nova, percebia-se também a ideia de liberdade nesse tempo, pois era muito comum ver as crianças indo e vindo, uma vez que:

A rua fazia parte da vida como um espaço coletivo e as crianças mineiras, como as de diferentes lugares, perambulavam com ou sem finalidade. Não eram mantidas segregadas ou separadas dos demais e nem se amontoavam no pequeno espaço onde moravam. A rua fazia parte de seu mundo<sup>XVI</sup>.

Essa era uma realidade frequente na maioria dos contextos sociais da época, ainda que em algumas regiões as crianças tivessem mais protagonismo de estar na rua e fazer parte dos momentos familiares nas casas grandes<sup>XVII</sup>. Tendo em vista o trabalho que as mães negras exerciam nas casas grandes, as crianças negras circulavam nesses prédios, sendo aceitas pelos senhores, donos das casas, até os sete anos. Logo após essa idade, eram entregues como escravos. A partir desta compreensão, podemos afirmar que,

## APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

As pequenas crianças negras eram consideradas graciosas e serviam de distração para as mulheres brancas que viviam reclusas [...] Eram como que brinquedos, elas as agradavam, riam de suas cambalhotas e brincadeiras [...] deixavam que, enquanto pequenos, participassem da vida de seus filhos<sup>XVIII</sup>.

Nesta mesma direção, há outros estudos que fazem alusão a esse tipo de práticas, mostrando que “brincava-se com crianças pequenas como se brincava com animaizinhos de estimação”<sup>XIX</sup>. Mas um dos elementos mais importantes para que os senhores, donos das casas grandes, deixassem entrar as crianças negras, filhas de mulheres escravas, tinha relação com a oportunidade futura de conseguir uma boa ama de leite. As crianças que chegavam de navios negreiros, em sua maioria, estavam doentes, eram muito magras, não impressionando os compradores. Por isso, não eram consideradas um bom investimento, sendo que sua maior serventia era a possibilidade de suas mães tornarem-se amas de leite<sup>XX</sup>. A vida dessa criança escrava era pouco valorizada, mas a ama de leite e o aleitamento eram importantes, desse modo,

a ama de leite era importante e o aleitamento era visto como valioso, tanto pela Igreja como pelos conceitos médicos vigentes e assim, as mulheres escravas que davam à luz, eram empregadas como fornecedoras de alimento para crianças de outras categorias. Chegavam mesmo a ser alugadas por bom preço para esta finalidade<sup>XXI</sup>.

Assim as escravas, também chamadas “máquina de amamentar”<sup>XXII</sup>, eram necessárias na comunidade, pois “faltando leite à mãe alugava-se uma ama de leite negra (isso no caso das famílias de posses, e já no início no século XIX)”<sup>XXIII</sup>.

Com esse tipo de investimentos, percebe-se nesta época, a pouca importância que era dada à criança filha de escrava, deixando-a ao abandono com idosos ou enfermos e sem os cuidados da mãe. Assim, algumas morriam e outras logravam sobreviver aumentando a mortalidade da época, embora fosse possível perceber um crescimento populacional nesse tempo<sup>XXIV</sup>.

Também integravam esse incremento da população aquelas crianças que eram fruto do relacionamento entre os denominados negros e brancos. De fato, “[...] essas crianças foram chamadas de cabra, mestiço, mulato, pardo, etc., mas ‘gente de cor’ é o nome com que se viam agrupados na documentação do período”<sup>XXV</sup>. Em relação às denominações para esta população, esses outros grupos sociais que foram se configurando a partir de relacionamentos entre brancos e negros passavam a ser parte de um grupo populacional já diferente do restante, uma vez que:

não eram brancos, e nem africanos ou seus descendentes. Logo foram vistos como um grupo à parte, gerando o desfavor dos habitantes das vilas e arraiais mineiros que se consideravam brancos e que constituíam a categoria dos favorecidos<sup>XXVI</sup>.

Assim, os nascimentos dessas crianças eram considerados como ilegítimos. Eram filhos de casais escravos, que não podiam ser reconhecidos ou eram, ainda, produto de relacionamentos fora do matrimônio, de homem branco com mulheres negras. Aliás, uma das consequências da união entre um homem branco e uma mulher negra era um filho “mestiço”, que, poderia ter a possibilidade de herdar posteriormente bens iguais do

## APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

que o filho de um branco. Sobre isso, um estudo desenvolvido sobre o acontecido em Minas Gerais, destaca que tal fato era:

motivo de inúmeras cartas emanadas das terras mineiras que se dirigiram a Lisboa, como críticas a tal respeito. Autoridades locais e outras pessoas gradas escreveram no sentido de impedir que filhos ilegítimos e mulatos recebessem heranças<sup>XXVII</sup>.

Essa questão das heranças fez com que as crianças mulatas fossem muitas vezes malvistas pela sociedade, que as culpava pelos problemas locais da época. Para tal caso, com relação àqueles herdeiros mulatos desse tempo e, para o final da segunda metade do século XIX, os homens brancos preferiam libertar a sustentar um escravo<sup>XXVIII</sup>.

É importante mencionar aqui, que foram aprovadas no Brasil algumas leis específicas como, por exemplo, a denominada “Lei do Ventre livre” declarada no ano de 1857, no Rio de Janeiro, em função da libertação das crianças filhas de escravos que nasceram após a vigência da data dessa lei. Esta lei:

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e, sobre a libertação anual de escravos<sup>XXIX</sup>.

Cabe destacar que até os oito anos essas crianças que nasciam livres permaneciam junto da sua mãe. Logo, o senhor da fazenda decidia, frente ao governo, se queria ficar com ela para que trabalhasse em sua casa até os 21 anos, que era a idade da maturidade dos escravos, com o argumento da dívida que ela tinha por conta dos cuidados que o senhor deu para essa criança anos atrás. Caso isso não ocorresse, o senhor da fazenda poderia deixá-la completamente livre e receber por conta do Estado durante algum tempo um pagamento por essa criança, enviando-a a uma instituição que se encarregasse de registrá-la e provê-la de cuidados necessários.

Iniciou-se, assim, a incorporação deste grupo populacional no jogo do controle do Estado passando a ser gerenciado pelo uso da estatística como forma de controle da quantia de escravos da época. Tais saberes sobre a população permitiram que o Estado tivesse os conhecimentos necessários sobre esse novo grupo social, que vinha se formando, para poder administrar o que devia ser ensinado, apreendido e ofertado ao serviço do mesmo Estado.

A Lei do Ventre Livre, então, pode ser considerada como um aspecto que tem relação com o movimento abolicionista brasileiro após a segunda metade do século XIX que foi impulsionadora de algumas reconfigurações nas formas de vida de homens, mulheres e crianças negras, embora existissem outras leis que pouco a pouco foram acrescentando forças para a abolição da escravidão no Brasil<sup>XXX</sup>.

Posteriormente, em 1885, a “Lei dos sexagenários”, concedia a liberdade para os escravos maiores de 60 anos. Ainda que tivessem que compensar ao senhor com mais três anos de trabalho, foram constituindo o caminho da liberdade dos escravos; até, que finalmente, em 1888, foi assinada a “Lei Áurea”, que dava total liberdade para os escravos, revogando as leis anteriores. Como consequência, a sociedade passa a ter um novo grupo populacional com baixa qualidade de vida uma vez que, com o final da escravidão, não tinham oportunidades de trabalho remunerado.

## APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

É possível dizer que a herança, além dessa liberdade, foi a pobreza. Com isso, essa população não foi caracterizada nem como escravos, nem como donos de alguma coisa, vivendo, em sua maioria, numa condição de marginalidade. No entanto, a muitas das crianças filhas de escravas foi ensinado algum ofício e puderam ser aceitas na sociedade branca, ainda que discriminadas pelo fato de serem mestiças<sup>XXXI</sup>.

Esse tipo de aceitação tinha como consequência que em algum momento essas crianças eram separadas de suas mães para continuarem sendo mantidas como escravos. Logo após assinada a já anteriormente descrita “Lei do ventre”, o papel desenvolvido por essas crianças era de amenizar as grandes festas e celebrações religiosas, com músicas e danças, fato que serviu para que uns se adestrassem e outros se profissionalizassem naquilo pelo qual recebiam algum pagamento.

A partir destes apontamentos podemos tecer algumas considerações sobre o processo educacional das crianças negras na segunda metade do século XIX, uma vez que

a articulação entre abolição e educação – tal como se deu nos debates relativos à libertação do ventre- não foram colocadas em destaque para proteger as crianças. No fundo, o que ela verdadeiramente expressa é a tentativa de minimizar o impacto que o fim do trabalho escravo poderia gerar no perfil da sociedade brasileira, que receberia um número significativo de indivíduos originários do cativeiro na condição de cidadãos livres<sup>XXXII</sup>.

Esse era um tipo de criança que provavelmente tinha assegurada sua vida dentro dessa sociedade. Porém, muitas crianças negras que gozavam de plena liberdade e moravam junto às mães, na maioria das vezes corriam o risco de morar em vilas muito afastadas e com poucas condições, ou morrer por acidentes ou doenças. Esse é um aspecto que merece destaque pois acabou provocando o aumento dos níveis de mortalidade na época, tendo em vista que por terem liberdade, o número de crianças que circulava pelas ruas era maior.

Sendo assim, pode-se entender que ao longo da história brasileira, as crianças negras e de outras etnias não foram aceitas como as denominadas brancas, filhas dos donos de grandes terras. O sentimento da infância negra foi se constituindo lentamente e de forma indiferente na constituição da sociedade moderna brasileira sem a necessidade de assumirem responsabilidades pelas ações educacionais que se puderam ofertar para elas, pois “mesmo quando a leitura e a escrita começaram a ser reconhecidas como elementos que deveriam ser difundidos na sociedade como um todo, foram negadas aos escravos”<sup>XXXIII</sup>. Nessa constituição de nova sociedade ainda se conservaram processos de exclusão para a população infantil afro-brasileira que levaram a estabelecer estratégias de atendimento e cuidado, mas eles nem sempre foram incluídos.

Tais apontamentos foram relevantes no desenvolvimento da sociedade intelectual brasileira no período colonial, quando o escravo era considerado como uma ameaça e má influência intelectual para a sociedade. Entendia-se que ao se conceder “certos privilégios”, servia-lhes para consolidar rebeliões e vulnerar a segurança da sociedade culta. “Por esse motivo, mantinham-se as práticas educacionais voltadas para a formação dos escravos nos limites estritos daquilo que a função servil exigia para a produtividade e a segurança da sociedade escravista”<sup>XXXIV</sup>.

Por outro lado, a partir dessa ideia segregacionista, eram afastados aqueles sujeitos escravos que, pela sua condição social eram considerados sinônimos sempre de anormais e doentes, contaminantes de uma sociedade autoconsiderada como pura. Espalhava-se a ideia de “[...] evitar que as influências maléficas atribuídas à raça negra

## APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

fossem assimiladas pela convivência cotidiana entre negros e brancos”<sup>XXXV</sup>. Nessa relação de afastamento entre as populações brancas e negras, constituíram-se os grandes esforços que foram feitos por múltiplos grupos negros para serem aceitos e levados em consideração nas práticas sociais comuns para a época, em função da já erradicada escravidão.

Contudo, partindo das distintas lutas feitas pelas populações negras ao longo da história brasileira, é preciso fazer alguns apontamentos sobre a inserção paulatina nas mudanças sociais do povo brasileiro para além da constituição de uma nova nação. Neste caminhar e, com o foco sobre o aparecimento da população negra no entorno escolar, justifica-se discutir acerca das formas lentas como foram se constituindo espaços de inserção das crianças negras na sistemática escolar, bem como as ações afirmativas que foram se gestando para haver uma política pública específica que norteie o trabalho na sociedade brasileira contemporânea.

### Os sobreviventes: as crianças negras e a educação

Este texto vem trazendo alguns aspectos no que diz respeito às percepções acerca das crianças e, em especial, das crianças negras no transcorrer do século XVIII e XIX no Brasil. Por conta disso, é preciso delimitar este estudo a partir de alguns elementos que nos ajudam a compreender os processos educativos das crianças e como as denominadas “crianças negras” vão se inscrever no ambiente educativo.

Numa indagação histórica sobre o aparecimento dessa população na educação, poderemos dizer que nas fazendas moravam aquelas crianças que sobreviviam às doenças e acidentes antes da libertação. Elas podiam se inserir em grupos pequenos constituídos por outras crianças também filhas de escravos. Além disso, para se salvarem e perdurarem, estes grupos “puseram o catolicismo a seu serviço para fazer parentes e famílias”<sup>XXXVI</sup> e estarem sempre sob a proteção de alguém.

As crianças geralmente tinham quem as apadrinhasse após a morte ou venda da mãe. Assim que passassem a fazer parte de um grupo de escravos na fazenda, as crianças escravas que conviviam nessas casas grandes tornaram-se mais valorizadas sendo adestradas desde muito cedo, pois já tinham alguns conhecimentos das tarefas domésticas. Dessa forma, as crianças escravas negras podiam ser mais e melhor vendidas nos mercados.

A partir desse processo a criança “aprendia um ofício e a ser escravo: o trabalho era o campo privilegiado da pedagogia senhorial”<sup>XXXVII</sup>, destacando então o processo pelo qual a sociedade brasileira foi passando, dando visibilidade e importância à educação das crianças negras paulatinamente. Esse processo de investimento deu-se primeiro no âmbito privado e depois no âmbito público. O Estado passou a enxergar parte da população infantil e a inseri-la nas novas políticas públicas que estavam sendo gestadas, cuja prioridade era conduzir a educação das crianças negras nos hábitos e bons costumes. Para isso, foi necessário diferenciar o tipo de instrução ofertada para as diversas camadas sociais da época, sendo que eles deviam ser doutos e uniformizados desde o ideal civilizatório do século XX.

Eram divididos em duas classes: *gratuitos e pensionistas* Poderiam ser recolhidos como colonos gratuitos os órfãos desvalidos que não tivessem quem se incumbisse da sua educação, os expostos e os filhos livres das mulheres escravas [...] Pensionistas, ingênuos e libertos eram a minoria.

## APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

Porém, não se pode precisar o exato número de crianças negras que passaram pela Colônia<sup>XXXVIII</sup>.

A pesquisa desta investigadora mostra também como, numa instituição pernambucana, a base de toda a ação educativa estava voltada à função agrícola, sendo a mão de obra dos libertos a mais usada para estes labores. Assim, “a ênfase no ensino agrícola se devia ao fato de receber crianças ingênuas, num momento em que o fim da escravidão se aproximava e a agricultura necessitava de mãos para garantir ‘o progresso do país’”<sup>XXXIX</sup>. A autora destaca que este tipo de instrução dada para a educação das crianças nascidas após a Lei do Ventre Livre, que legitimava sua liberdade, justificava sua salvação em conjunção com o disposto pela referida Lei, onde as instituições que se encarregavam destas populações tinham todos os direitos sobre eles e a garantia do trabalho que podiam fazer como agradecimento pelos cuidados destas associações. Estes tipos de instruções privilegiaram sempre as instruções moralistas e religiosas pelas quais o período colonial esteve caracterizado.

Na consolidação das escolas jesuíticas, que se justificavam como única possibilidade de salvação da população, estabeleceram-se caracterizações populacionais que foram especificadas para a época, com a finalidade de estabelecer o tipo de instrução ofertada, refere-se que

a sociedade brasileira não formava um conjunto, mas uma hierarquia, com camadas diferentes e desiguais, divididas em “coisas” (escravos e índios) e “pessoas”, que compreendiam a “plebe” (massa dos humanos livres e pobres) e o “povo” (classe senhorial dos proprietários), a preocupação com o povo expressa por eles não significava a preocupação com a plebe, isto é, o povo hodierno<sup>XL</sup>.

A acessibilidade que estas pessoas tiveram à cultura escrita esteve sempre determinada pela relação com os senhores, pois “o acesso à cultura escrita por parte dos escravos está relacionada às estratégias de constituição das relações privadas entre os senhores e escravos”<sup>XLI</sup>. Isso não representava garantia de que todos os tipos de instrução fossem ofertados efetivamente, “pois é evidente que os senhores não estavam dispostos a assumir tal compromisso em relação aos filhos das escravas”<sup>XLII</sup>.

O tipo de educação proposto inicialmente para este século era de caráter privado e só tinha relação com a população que herdava o sentimento e a memória escolar como elemento fundamental para sua aprendizagem. Pode-se dizer que era prática fundamentalmente daqueles descendentes dos imigrantes italianos e portugueses que chegaram ao Brasil. Sendo que,

os descendentes de negros referiam poucas oportunidades de estudo, ao passo que os de descendência italiana guardavam a memória de uma infância escolar, sobretudo homens, que completavam a sua aprendizagem de ofícios com cursos técnicos feitos nas escolas de comércio<sup>XLIII</sup>.

Assim, este percurso da investigação mostra-nos como durante o transcorrer do século XVIII a ideia de afastar a população negra dos processos educacionais foi sendo um fato característico em função da ideia do branqueamento imposto para aquela época.

Nessa direção, esta discussão vem para um ponto fundamental no andamento desta pesquisa em que nos perguntamos pela educação das crianças negras e, sobretudo, como elas vêm sendo pensadas e educadas a partir da visibilidade e centralidade que

## APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

ganharam na Modernidade? Como se deram os processos educativos? E como, nesse transcorrer educativo, foram aparecendo uma multiplicidade de políticas e programas de atendimento à infância em algumas das caracterizações feitas sobre a história da infância brasileira? Estes questionamentos nos permitiram apontar para o aparecimento da infância negra como alvo relevante nas práticas educativas contemporâneas.

Desse modo, relacionado com a busca sobre o aparecimento da infância negra no setor educativo, é pertinente fazer uma abordagem sobre aqueles fatos sociais que permitiram o aparecimento desta população dentro das instituições educativas para o atendimento da população infantil que finalmente possibilitaram o aparecimento das crianças negras nos discursos atuais das políticas públicas e nos livros de Literatura Infantil.

### **Da invisibilidade à visibilidade: a criança negra como foco de debate**

Uma das primeiras formas de atendimento institucionalizado à educação das crianças pequenas é a creche. Nesse sentido, “as creches apareciam como um resultado, como um símbolo concreto dessas lutas: o movimento popular e as reivindicações das feministas colocaram a creche na ordem do dia”<sup>XLIV</sup>. O autor lembra, ainda, que o processo histórico brasileiro na constituição da República implicou a construção de uma nova ideia do país. Foram inúmeros os esforços para erradicar a escravidão na sociedade brasileira proposto pela Lei do Ventre Livre em função do fortalecimento da identidade da nação com a intenção de construir uma nova sociedade para um novo século.

Portanto, uma das práticas mais significativas do processo de constituição da República relacionou-se com a população infantil e sua relação com as práticas trabalhistas que definiam suas condições de vida neste período. Em função disso, estabeleceram-se discussões com respeito à constituição das creches, que envolveram o atendimento das crianças em sua totalidade. Antes daquela época, as crianças mais empobrecidas, pelos mesmos acontecimentos sociais, sofreram inúmeros eventos violentos, vivendo em condições precárias, que faziam muitas vezes com que os adultos as abandonassem<sup>XLV</sup>.

Isto significou que o atendimento para as crianças foi sendo compreendido como um favor aos pobres. Em consequência disso, o surgimento das creches e das pré-escolas, que tinham a qualidade do atendimento muito inferior para as classes populares do país, contemplava iniciativas de cuidado e educação dentro de padrões morais e religiosos. Assim, a problemática social da época, na primeira metade do século XX, foi atingida por muitas instituições que se encarregavam dessa população, num vaivém de sucessões entre os poderes públicos e privados.

Mas foi no período da Ditadura Militar, na primeira metade do século XX, que apareceram algumas ideias de institucionalizar e formalizar o labor dessas instituições e outras disposições específicas para seu atendimento a partir das disposições do Ministério da Agricultura, o qual “passou a tomar iniciativas com o objetivo de incentivar o surgimento de associações que pudessem arcar com a educação das crianças, filhas das escravas, nascidas livres”<sup>XLVI</sup>, consolidando alguns estabelecimentos educacionais nos quais as práticas educativas eram focadas nas atividades agrícolas e industriais para a preparação dos futuros trabalhadores do país.

Desta forma, “fechavam-se os trinta primeiros anos da República com um investimento na criança pobre vista como criança potencialmente abandonada e

## APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

perigosa, a ser atendida pelo Estado”<sup>XLVII</sup>. As preocupações dos professores no surgimento da Escola Nova contribuíram para a configuração desse processo político público em torno das preocupações com a infância carente e pobre da nação. Neste contexto é possível identificarmos uma série de acontecimentos históricos que demarcam uma trajetória das reivindicações sociais em torno do sentimento de infância no Brasil para este século. Após uma série de discussões de trabalhadores, abrangendo as questões do trabalho infantil, a situação de vida nessas tarefas e as formas de sobrevivência, preparava-se no país o caminho para a criação de algumas políticas sociais. Tais iniciativas envolveram questões como proteção das crianças abandonadas em situação de pobreza e a regulamentação do trabalho infantil, entre outras. Aliado a isso, durante grande parte dessa segunda metade do século, houve multiplicidade de reformas políticas e constitucionais que dirigiam as questões educativas num nível técnico e para o trabalho<sup>XLVIII</sup>.

Podemos perceber, no entanto, principalmente a partir da década de 1980, um movimento geral em que temas relacionados a ações afirmativas passam a ganhar centralidade. No âmbito das políticas educacionais, é possível percebermos a criança negra sendo foco de debate em vários documentos. Dentro das discussões que foram feitas ao longo da segunda metade do século XX sobre ações afirmativas percebemos a inclusão de temas relacionados à população negra no âmbito de documentos elaborados pelo Ministério da Educação no Brasil.

Iniciando a abordagem das políticas públicas educacionais, podemos fazer referência à Constituição da República Federativa do Brasil<sup>XLIX</sup>, de 1988 que, no TÍTULO I – Dos Princípios Fundamentais, no seu Artigo 1º, destaca que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”. Da Constituição de 1988, destacam-se em específico os Artigos 1, 3; Título II, Capítulo II. Art. 7, XXV; Título III, Capítulo II. Art. 21, 22, 23; Título VII, Capítulo II, Art. 194; Capítulo III. Seção I. Art. 205, 206, Seção II, Art. 215, 216, Capítulo VII, Art. 226, que garantem ao povo brasileiro seus direitos e deveres fundamentais, destacando a erradicação do preconceito e todas as demais formas de discriminação social.

A Constituição propõe, ainda, que todas as entidades constituídas na união do país devem elaborar e executar disposições políticas de ordem social que promovam a liberdade, igualdade, valorização e gratuidade dos programas, para a garantia dos direitos da população brasileira. Para tanto, são reconhecidos como eixos fundamentais no desenvolvimento social, a família e a escola, como entidades que reforçam e mantêm os direitos e deveres do Estado.

Em consonância com o proposto na Constituição, inúmeras leis e documentos foram elaborados ao longo das últimas décadas de forma a garantir os direitos das crianças pequenas à educação. De forma imbricada, tanto no âmbito da Literatura Infantil quanto o das políticas públicas, a criança negra aos poucos passou a ser representada e temas relacionados ao que é diferente foi ganhando maior espaço e visibilidade. Muitos destes documentos trazem ao cenário educacional temas relacionados à igualdade, dignidade, combate à discriminação, entre outros.

Dentre esses documentos que foram elaborados no âmbito do Ministério da Educação, podemos citar *Crítérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças*, publicado em 1995. Teve grande circulação nacional nas universidades e instituições de Educação Infantil, sendo que sua última versão foi publicada em, 2009. Esse documento remete aos direitos das crianças nas

## APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

creches em relação ao funcionamento das instituições pertinentes com as práticas que nelas se desenvolvem. O documento apresenta uma seção intitulada *Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa*, que destaca as formas de nomeação e diferenciação para uma especificidade no atendimento e desenvolvimento de funções nas instituições.

Mas há outros documentos mais recentes que tematizam igualdade racial como tema central. Um deles é o documento *Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial*, do ano de 2012, que objetiva prover aos profissionais da Educação Infantil, por meio dos estudos relativos às práticas com populações negras, novos conhecimentos no campo educativo, em torno dos processos de equidade racial em concordância com o compromisso das Diretrizes que a Secretaria da Educação propõe. Ele visa proporcionar incentivos aos profissionais, para iniciarem a construção de propostas pedagógicas que promovam a igualdade, priorizando as experiências de aprendizado das crianças da Educação Infantil.

Podemos citar, também, o documento intitulado *Educação Infantil, Igualdade Racial e Diversidade: Aspectos Políticos, Jurídicos, Conceituais*, desenvolvido no âmbito do Projeto Formação da Rede em Prol da Igualdade Racial, em parceria com UFSCar e COEDI/SEB/MEC, elaborado no ano de 2011, que apresenta uma série de análises realizadas no nível jurídico para o trabalho na escola e, principalmente, em sua etapa inicial. Nele, são priorizadas as práticas pedagógicas que promovam a igualdade dos direitos a partir do desempenho do professor como principal ator, sem, no entanto, excluir as demais pessoas que compõem a escola.

Estes documentos apresentados mostram a visibilidade e centralidade de temas que ressaltam a necessidade de construir uma sociedade que tenha como base a democracia e a equidade como elemento articulador das práticas educativas, destacando o papel do educador como mediador para o reconhecimento das diferenças sociais e culturais. Cabe sinalizar, no entanto, que foi possível perceber tais abordagens entre as caracterizações para o atendimento aos grupos setorizados entre o negro e o branco; vale pontuar que estes tipos de discursos acabam caindo num binarismo com relação à forma de categorizar uma população, deixando de ser mencionadas muitas outras variações de cor e de identificação de outras populações.

Além disso, foi possível perceber também que, na tematização da inclusão de trabalhos com e para as populações afro descendentes na Educação Infantil, termos como diferença e diversidade são vistos como sinônimos em muitos documentos que foram mencionados neste estudo. “A diferença não pede tolerância, respeito ou boa-vontade. A diferença, desrespeitosamente, simplesmente difere”<sup>L</sup>.

Porém, muitas vezes a diferença é compreendida como um elemento próprio da natureza e da condição humana e não como uma construção cultural. Nessa perspectiva, não se pensa nos efeitos das relações de poder que deram passo aos discursos que definiram alguns grupos humanos em relação a outros. Cabe, então, problematizar: a diferença ainda continua sendo usada como uma forma de classificar o “outro” na urgência de incluí-lo em nosso cotidiano? No que diz respeito a este questionamento, é possível compreender aqui que se tende a confundir a diferença com a diversidade. “Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição”<sup>L</sup>.

Assim, percebe-se que “os discursos sobre a aceitação da diferença pregam uma lógica da tolerância, mas permanentemente, remetem a uma ‘norma transparente’ do

# APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

qual a diferença diverge”<sup>LII</sup>. Este aspecto surge da necessidade que esse outro sujeito sente de se inscrever, de alguma forma, em seu contexto para poder pertencer a um grupo generalizado. Daí a importância de se entender como é que cada um desses elementos específicos vai interagindo um com o outro. “Por esta razão, o tema do outro é um dos grandes problemas a serem pensados pela educação”<sup>LIII</sup>. Nesse sentido, o universo escolar tem que ser pensado como aquele espaço no qual se compreende a singularidade do mundo, aquele que está se reconfigurando constantemente, ou seja, aquele que é mutante constante, diferente. Tal entendimento pode contribuir para desconstruir, assim, toda ideia de homogeneidade social, visto que cada um dos integrantes do grupo aporta ideias únicas que fazem com que as experiências de aprendizagem não sejam repetíveis. São, portanto, diferentes nessa relação.

## Considerações finais

De acordo com as anteriores caracterizações sobre o aparecimento do sentimento da infância, a importância das crianças na sociedade e seu processo de atendimento em função dos cuidados do corpo e da mesma população com relação aos processos educativos, se tornaram importantes para compreendermos como foi se dando o aparecimento da infância negra no entorno educativo para época.

Compreende-se deste modo que ao fazer uma breve abordagem sobre o processo histórico pelo qual o sentimento de infância foi sendo construído, este artigo foca, principalmente, no aparecimento da infância negra. Porém, na intenção de fazer uma abordagem e análise histórica sobre o aparecimento desta população que resultam em iniciativas que focam na educação das crianças pobres e negras, fomos percebendo o quanto eles são constituidores na configuração de um pensamento de uma população-sociedade marcada por elementos culturais que ressignificam e produzem modos de ser sujeito.

Desta forma, cabe destacar a importância dada aos estudos sobre a história da infância com a intenção de compreender como foi se dando a constituição dos processos de consolidação da identidade da sociedade brasileira contemporânea de forma a desnaturalizar algumas ideias que foram se constituindo ao longo dos séculos. Tais abordagens permitem-nos olhar, de forma mais atenta, para a constituição de discursos históricos que vão constituindo algumas compreensões e percepções acerca da infância e, neste caso, da infância negra, em que se naturalizam algumas práticas que consideram o branco como referente válido para referenciar a história da sociedade humana, sendo ele, visto como o protagonista das mudanças sociais que ocorrem.

Assim, busca-se com estudos como este, e com o auxílio de outros, com esta mesma perspectiva, abrir novos caminhos na compreensão dos processos pelos quais foram se dando os novos olhares sobre a infância - em especial a negra- e como por meio da constituição e consolidação de discursos, em especial os políticos, ao longo da história, foram se consolidando determinadas formas de cuidado e proteção específicas para esta população.

## Notas

---

<sup>I</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Este texto foi produzido a partir da pesquisa desenvolvida no Mestrado, que contou com financiamento do PAEC-OEA-GCUB.

**APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE  
INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL**

**JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA**

---

<sup>II</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância – NEPE/FURG.

<sup>III</sup>FOUCAULT, 1979, p. 17.

<sup>IV</sup>KULMANN Jr., Moysés, e FERNANDE, 2004.

<sup>V</sup>Ainda que sejam feitas algumas críticas e problematizações acerca dos estudos realizados por Ariés sobre a infância, neste trabalho destacamos alguns dos aportes que o autor fez nos estudos da infância, pois é inegável suas contribuições para a compreensão acerca do surgimento do sentimento moderno para com a infância. Sobre algumas das críticas que são feitas ao seu estudo, ver Kuhlmann Jr. (1998), Narodowski (1999), entre outros.

<sup>VI</sup>ARIÈS, 2011, p. 99.

<sup>VII</sup> ARIÈS, 2011.

<sup>VIII</sup>Leite, 2011.

<sup>IX</sup> LEITE, 2011, p. 21.

<sup>X</sup>BUJES, 2002, p. 46.

<sup>XI</sup>KUHLMANN Jr., 2010, p. 87.

<sup>XII</sup>BUJES, 2002, p.55.

<sup>XIII</sup>LOCKMANN e MOTA, 2013.

<sup>XIV</sup>LOCKMANN e MOTA, 2013, p. 87 – 88.

<sup>XV</sup>SCARANO, 2000, p. 110.

<sup>XVI</sup>SCARANO, 2000, p. 111.

<sup>XVII</sup>SCARANO, 2000.

<sup>XVIII</sup>SCARANO, 2000, p. 111.

<sup>XIX</sup>DEL PRIORE, 2000, p. 96.

<sup>XX</sup> SCARANO, 2000.

<sup>XXI</sup>SCARANO, 2000, p.114.

<sup>XXII</sup>LEITE, 2011, p. 32.

<sup>XXIII</sup>DEL PRIORE, 2000, p. 88.

<sup>XXIV</sup>SCARANO, 2000.

<sup>XXV</sup> SCARANO, 2000, p.112.

<sup>XXVI</sup>SCARANO, 2000, p. 120.

<sup>XXVII</sup>SCARANO, 2000, p. 123.

<sup>XXVIII</sup> SCARANO, 2000.

<sup>XXIX</sup>NEQUETE, 1988, p. 151.

<sup>XXX</sup>FONSECA, 2001.

<sup>XXXI</sup>SCARANO, 2000.

<sup>XXXII</sup>FONSECA, 2001, p. 13.

<sup>XXXIII</sup>FONSECA, 2001, p. 29.

<sup>XXXIV</sup>FONSECA, 2001, p. 30.

<sup>XXXV</sup>FONSECA, 2001, p. 30.

<sup>XXXVI</sup>GÓES e FLORENTINO, 2000, p. 183.

<sup>XXXVII</sup>GÓES e FLORENTINO, 2000, p. 185.

<sup>XXXVIII</sup> ARANTES, 2005, p. 16.

<sup>XXXIX</sup> ARANTES, 2005, p. 17.

<sup>XL</sup>HILSDORF, 2003, p. 43.

<sup>XLI</sup>VEIGA E RODRIGUES, 2006, p. 40.

<sup>XLII</sup>FONSECA, 2001, p. 14.

<sup>XLIII</sup>HILSDORF, 2003, p. 78.

<sup>XLIV</sup>KUHLMANN JR, 2010, p. 180.

<sup>XLV</sup>KUHLMANN JR (2010) e PASSETI (2000).

<sup>XLVI</sup>FONSECA, 2001, p.16.

<sup>XLVII</sup>PASSETTI, 2000, p. 355.

<sup>XLVIII</sup>PASSETI (2000) e FALEIROS (2011).

<sup>XLIX</sup>BRASIL, 1988

<sup>L</sup> SILVA, 2002, p. 66.

<sup>LI</sup> SILVA, 2000, p. 73.

APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE  
INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

---

<sup>LII</sup>KLEIN, 2010, p. 191.

<sup>LIII</sup>GALLO, S/D, p. 1.

### Referências Bibliográficas

ARANTES, Adele. A colônia Orfanológica Isabel de Pernambuco (1874-1887). In: OLIVEIRA, Iolanda. (Org.). **Negro e Educação: escola, identidades, culturas, e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, ANPED, 2005. p 14-28.

ARIÈS, Philippe. A Descoberta Da Infância. In: **História Social da Criança e da Família**. Dora Flakman (Tradutora). 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 Jun. 2014.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Sujeitos, Discursos, Pedagogias. In: **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2000. p 84 – 106.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZINNI I. & PILOTTI F. (Org.) **A arte de governar as crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Kuhlmann, Moysés Jr. & FERNANDES, Rogério. Sobre a História da Infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) **A Infância e sua Educação: Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FONSECA, Marcos Vinicius Da. As Primeiras Práticas Educacionais com características Modernas em Relação aos Negros no Brasil. In: FONSECA, Marcos Vinicius da. (Org.). **Negro e Educação: Presença do negro no sistema educacional Brasileiro**. ANPED. São Paulo: Ação educativa, 2001. p. 11-36.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALLO, Silvio. **Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença**. S/D. Disponível em: <http://www.grupodec.net.br/ebooks/GalloEuOutroOutros.pdf>. Acesso em: 13 Maio. 2014.

GÓES, José R, DE; FLORENTINO, Manolo. Crianças Escravos, Crianças dos Escravos. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2000. p 177-191.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Thomson, 2003.

KLEIN, Madalena. Literatura infantil e produção de sentidos sobre as diferenças: práticas discursivas nas histórias infantis e nos espaços escolares. In: **Pro-posições**, Campinas, V. 21, N. 1 (61), p. 179-195, Jan/abril. 2010.

APARECIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA: TRILHANDO ENTRE SÉCULOS DE  
INACABÁVEL RECONSTRUÇÃO SOCIAL

JENNY LORENA B. MORENO E MARIA RENATA ALONSO MOTA

---

KUHLMANN Jr., Moysés Infância, história e educação. In: **Infância e Educação Infantil: Uma Abordagem Histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEITE, Miriam, L. M. (1997). A Infância no século XIX: Segundo memórias e livros de viagem. (PP. 19-52). In: **História Social da Infância no Brasil**. Organizador Marcos Cezar de Freitas. 8. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LOCKMANN, Kamila & MOTA, Maria Renata Alonso. Práticas de Assistência à Infância no Brasil: Uma Abordagem Histórica. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan. /jun. 2013. p. 76 – 111. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/198472381426201376/2534>. Acesso em: 26 Mar. 2014.

NEQUETE, Lenine. Apêndice I: lei No. 2.040, de 28 de setembro de 1871. In: **Escravos & Marginados no. 2º. Reinado**: aplicação da lei no. 2.040 de setembro de 1871. Brasília; Fundação Petrônio Portella, 1988.

PASSETI, Edison. Crianças carentes e políticas Públicas. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2000. p. 347 – 375.

SCARANO, Julita. Crianças esquecidas das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2000. p 107 – 136.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e Diferença: Impertinências. In: **Educação & Sociedade**. No. 79. Agosto. 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VEIGA, C.; RODRIGUES, M. Etnicidade e História da Educação. In: **História da Educação: Ensino e Pesquisa**. Moraes Christianni (Orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P 27-57